

## Pensando com Stuart Hall

Liv Sovik

Dois textos de Stuart Hall marcam profundamente os estudos de Comunicação no Brasil. Um é o livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, o outro o artigo “Codificar/decodificar”. O primeiro foi publicado originalmente sob o título “The Question of Cultural Identity”, como capítulo de um grande manual sobre a modernidade feito para alunos sem conhecimentos prévios em sociologia. O texto é simples e didático, aponta para o passado e descreve antes de problematizar as novas questões. Quem o lê pode tratá-lo como uma caixa de ferramentas contendo categorias a serem usadas em diversos momentos, sobretudo para situar a preocupação contemporânea com a identidade. Apesar das explicações no início, sobre o interesse de Hall em entender a atual “crise de identidade”, o texto é lido como informação sobre a identidade cultural, como fonte de fatos, ante do que problematizações. “Codificar/decodificar” foi escrito, em sua primeira versão, em 1973 e tinha na mira, queria afundar (o original fala em uma batalha naval, Hall quis “*blow out of the water*” - Hall, 2006: 336) a escola funcionalista de estudos de recepção, dominante nos anos 60 e 70 nos estúdios de mídia britânicos, no Centre for Mass Communications Research da University of Leicester. Esse texto seminal ajudou muitas pessoas, em vários continentes, a elaborar novas pesquisas e estudos de audiência, mesmo anos depois do próprio Hall abandonar esse campo, diante da falta de financiamento para pesquisas mais aprofundadas e sob o impacto do pós-estruturalismo. (2006: 360) Nesse texto Hall funcionou menos como caixa de ferramentas do que como animador de pesquisas: estudiosos partiram do texto, pensaram junto com ele e fizeram novos lances que estenderam o seu alcance.

São dois textos muito diferentes em estilo e intenção: um propõe um mapa, o outro, um modelo conceitual; um visa alunos, o outro, a teoria dominante na área de estudos de mídia em determinado momento e lugar. Hall é um cartógrafo de terrenos ou produtor de conceitos? O que tem em comum seu interesse pela mídia e pela identidade cultural? Como juntar esses interesses e ainda entender que Hall se preocupa com as artes visuais, as relações raciais e a política britânica? A diferença entre os dois trabalhos não se explica somente pelos momentos diferentes da escrita, nem é evidente, para

leitores dos dois textos, que para Hall, no momento de se aposentar da universidade, chama a atenção “o fato de que o mesmo tipo de pergunta me preocupa no decorrer de muitos tipos de escrita”. (Drew, 1999: 209) O que segue tenta explicitar algumas das questões que preocupam Hall reiteradamente. O intuito, ao explicitar a consistência teórica subjacente, é de elaborar critérios para pensar mais conscientemente *junto com* Stuart Hall, não tanto com suas categorias quanto suas perspectivas, suas questões. Isso é um processo parecido com o que ele recomendou, quando discutiu a relevância de Gramsci para estudos de raça e etnicidade: desenterrar delicadamente suas idéias de seu solo concreto e especificidade histórica, seu contexto inglês ou diaspórico, para generalizá-las. (Hall, 2006: 279) Não é só uma questão de, por exemplo, identificar o didatismo de um texto, a intervenção anti-funcionalista de outro, como se fosse possível isolar essas características do próprio texto. Trata-se também de identificar a preocupação recorrente, para entender mais cabalmente como ler Hall como teórico, em toda sua multiplicidade de abordagens e escritas.

Em lugar de um mapeamento, com seu narrador onisciente, uma pergunta mais específica, uma provocação, uma dúvida. O que não aparece em “Codificar/decodificar”, é incidental em “A identidade cultural” e passa sem muita discussão na área de Comunicação no Brasil, mas é central para a produção de Hall a partir dos anos 90, é a questão do racismo e da diáspora, sobretudo a africana no Novo Mundo e, em um segundo movimento, na Europa. Sobre o interesse pelo tema, ele disse, ao explicar sua relação com os Estudos Culturais:

Quando decidi que não ia participar muito na tentativa de policiar as fronteiras dos estudos culturais, fui para áreas substantivas novas: voltei para questões de raça. Achava que era mais importante contribuir para uma área específica de trabalho em estudos culturais do que tentar me responsabilizar pelos rumos do campo. (Drew, 1999: 237-8)

Hall *voltou* para questões de raça. Achou *mais importante* contribuir em uma área específica do que se responsabilizar pelos rumos do campo. Embora não entre em detalhes, a declaração indica dois elementos que podem interessar: a idéia que, embora novas como área substantivo, as questões raciais não entram em cena somente no momento em que Hall começa a focá-las; e a priorização como ato de vontade não induzido pelo caminhar de pesquisas, como se verdades se revelassem aos poucos e a

picada aberta por uma pesquisa levasse a outra: ou seja, a dimensão política de sua atividade intelectual.

Na palestra de abertura do VIII Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC, Hall explicou como surgiram questões de raça desde cedo, no seu trabalho, que levaria à constituição dos Estudos Culturais.

Quando saí da Jamaica, em 1951, para estudar na Inglaterra – data que, acidentalmente coincide com o início da migração em massa do Caribe para o Reino Unido, marcando o começo da diáspora negra do pós-guerra na Grã-Bretanha – a visão predominante na época era de que o povo caribenho não tinha cultura própria, uma vez que era claramente produto de diferentes tradições culturais – inglesa, espanhola, holandesa, portuguesa, africana, chinesa, das Índias Orientais, etc. – todas obrigadas a, no modo transcultural comum a esta parte (o meridiano de baixo) do que Paul Gilroy chamaria o “Atlântico negro” – coabitar nas zonas de contato de colonização. [...]

Por alguma razão, esse argumento não me convencia. Percebi que, para refutá-lo, teria que pensar as questões relacionadas a ‘cultura’ e ‘identidade’ de maneira radicalmente diferente. Assim, entre 1954 e 1957, ao invés de conduzir minha pesquisa de doutorado, persegui o assunto através da literatura antropológica sobre a região. [...] Desde então, venho-me dedicando a essa questão ao longo dos caminhos da vida e considero o ‘momento baiano’ a pré-história dos estudos culturais. (Hall, 2000: 2)

No preâmbulo bem-humorado de sua conferência, em que ainda diz que está elaborando memórias póstumas dos estudos culturais, Hall entra e se retira de cena, como é seu costume, do papel de Pai dos Estudos Culturais. A biografia pesa, aqui, mas não simplesmente como um caminho em que há opções pessoais, como parece na entrevista a Drew. As opções também são resultado de imposições. A identidade cultural se encontra no vai e vem entre interesse de atores sociais e os limites impostos pela “ideologia”, termo mais usado por Hall nas primeiras duas ou três décadas de sua vida produtiva, pelas “formas antigas e tradicionais de vida”, em “A questão multicultural” (2006: 58), ou pela “política reacionária”, em “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?” (2006: 328). Nesse processo, discursos desestabilizadores da ordem simbólica e social são “suturados” e estabilizados, mas ainda com a possibilidade de deslocamento do que existia antes, das “disposições do poder”, outra frase predileta de Hall.

Assim, a opção pelas “questões de raça” é determinada em parte por uma condição pessoal de caribenho negro, imigrante, diaspórico, mas principalmente pela resistência de Hall à forma em que os discursos dominantes o encaixam nas hierarquias sociais. A resposta de Hall é teórica, pois se interessa em refutar esses discursos, através da teoria que é, segundo ele, uma maneira de tratar um “problema político e estratégico” (2006: 249). Mesmo que o impulso teorizante seja condicionado pela biografia, não é simplesmente uma abstração da experiência subjetiva, uma espécie de forma elegante de falar de si. É algo útil, no embate entre as forças sociais e suas determinações que é preciso usar a teoria para identificar. Hall dispensaria a teoria se pudesse, disse em palestra retrospectiva sobre a própria obra, mas ela é necessária para compreender “o mundo no caos das aparências” e “entender o suficiente para fazer algo para afetar a conjuntura”. Há que tomar o “desvio de caminho através da teoria” que Marx recomendava e, dessa forma, quebrar a barreira das aparências e voltar à superfície de uma situação ou conjuntura. (Jamaica 277) Na mesma palestra e em outros momentos, Stuart Hall disse “não sou um teórico”, mas um intelectual e professor que acredita no poder e necessidade das idéias e na teoria como resposta política a uma dada situação.

Teoria e conjuntura são ligadas, para Hall: a conjuntura, assim como a possibilidade de, nela, “desenvolver estratégias culturais que fazem diferença” (2006: 321), na sua famosa frase, é o motivo da importância da primeira. Pensar em termos de conjunturas é “voltar-se violentamente para as coisas como realmente são”. (Jamaica, 281) É nesse processo que Hall priorizou as “questões de raça”. Poderia ter escolhido “o popular”, que também é um motivo importante de sua reflexão. Ou uma elaboração mais refinada da relação das instituições da mídia e sua produção com a política, outro tema de destaque nos anos que antecederam o novo foco. A escolha das questões de raça não é marcada somente pelo momento descrito por ele na conferência da ABRALIC. Um outro divisor de águas foi a elaboração de *Policing the Crisis: ‘Mugging’, the State and Law and Order* (Hall et alii, 1978), lançado um ano antes da vitória de Margaret Thatcher nas eleições britânicas e fruto de uma pesquisa durando três anos no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham. Este livro analisa as tendências da “Nova Direita” que levaram Thatcher ao poder, onde permaneceu por onze anos. São tendências ligadas à reivindicação de “*law and order*”, policiamento e

repressão dos setores que pareciam apresentar perigo: jovens de classe baixa, “imigrantes” não brancos. Vinte anos mais tarde, Hall fez questão de contar que o livro foi fruto do trabalho dele e de pós-graduandos brancos e que ainda quer “pensar raça em relação com política britânica e a identidade nacional”. A pesquisa começou com um assalto (“*mugging*”, na gíria americana) particularmente violento, feito por jovens irlandeses, que gerou uma onda de pânico moral. O incidente foi interpretado, no espaço público, como sinal de que

o que está acontecendo nos EUA vai acontecer aqui, portanto podemos importar a terminologia, a conceituação de violência urbana, as imagens racializadas do crime, e as formas de policiamento. [...] Assim, [*Policing the Crisis*] lida com raça mas de uma forma específica. Não é um texto negro – acho que posso dizê-lo assim. Está envolvido com questões negras e a política negra e questões de raça, mas não é um texto negro. (In Drew, 1999: 233)

A seguir, Hall explica que a abordagem ao tema de raça era certa, porque ajudou a entender uma crise social que passava por uma articulação (que para Hall é produzida por uma determinação mútua de instâncias de uma formação social (2006: 336)) de políticos, o judiciário, o humor popular, a pobreza e a discriminação dos negros. Com essa abordagem, a conjuntura se revela em maior número de dimensões, diz Hall, do que se o foco fosse sobre raça somente. Se abordasse a mesma questão, dos assaltos e a culpabilização de jovens negros como “questão negra”, teria se restringido aos impactos das políticas de repressão ao crime nas comunidades negras, não teria examinado, antes de acontecer, o advento do *thatcherism* ou da Nova Direita. Voltou-se violentamente para as coisas como realmente são usando “raça” como porta de entrada, perguntando sobre seus sentidos, não chave de leitura, em que seu valor analítico seria ponto de partida. Isto poderia ser lido como explicação de como Hall relativizaria a importância de raça, subsumiria o tema em algo maior. É verdade que Hall parece se exasperar com a naturalização de diferenças, com essencialismos seja do discurso estereotipado dominante ou da reivindicação minoritária. Mas sua proposta é de entender as questões de raça em perspectiva ampla. Para Hall, entender as questões de raça em perspectiva ampla não é diluí-las, mas obter uma análise teórica mais completa e eficaz.

A radicalidade da proposta de Hall aparece em uma palestra sobre o racismo que, segundo ele, cabe no seu pensamento entre “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”, de

1990 (2006: 317-330) e “The spectacle of the ‘Other’” (1997: 223-290). O primeiro defende uma política de diversidade dentro do discurso identitário negro: “é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora”, escreveu (2006: 327). “The spectacle” analisa representações do negro, o estereótipo e a política identitária.

Ilustrado e lançado em vídeo educativo pela Media Education Foundation em 1997, sob o título “Race, the Floating Signifier” (ver [www.mediaed.org](http://www.mediaed.org)), a palestra foi feita em Goldsmiths College – University of London em 1996. Na palestra, que nunca transformou em artigo, Hall afirma que “raça” é mais parecida com a linguagem do que a constituição biológica das pessoas. Vai mais longe: é somente um discurso. Nesse momento, ele toma posição sobre o grande tema da teoria da cultura no qual está engajado: “como ‘pensar’, de forma não reducionista, as relações entre ‘o social’ e ‘o simbólico’” (Hall, 2006: 206), ou seja, como encontrar um caminho entre o economicismo do marxismo ortodoxo e a leviandade de um pós-estruturalismo que entende que tudo é discurso. Por muitos anos, Hall se digladiou com o marxismo. Na palestra, ele interpreta o pós-estruturalismo.

Deixa claro que aceita os achados do pós-estruturalismo, mas os delimita: não existe *sentido* fora do discurso. Não demora analisando as conseqüências teóricas dessa posição, nem reitera os argumentos em torno do que poderia existir fora do sentido. Localiza o significante “raça” como conceito classificatório importante no sistema de diferença e, não por coincidência, um “significante flutuante” ou “deslizante”. Isto é, significa diferentes coisas em diferentes épocas e lugares. Que “raça” seja uma construção discursiva nunca teve impacto suficientemente grande sobre o senso comum e as formas cotidianas de fazer sentido, diz Hall. A idéia de que há um embasamento para ela continua existindo não só nesse âmbito mas entre cientistas engajados que continuam “tentando provar uma correlação entre características genéticas racialmente definidas e o desempenho cultural (Media Education e Hall, 1997: 6). Nem impediu que grupos negros conversassem entre si presumindo que

alguns fenômenos sociais, políticos e culturais, como a correção de uma linha política ou os méritos de uma produção literária ou musical ou a correção de uma atitude ou crença possam ser atribuídos, explicados e sobretudo sua verdade pode ser fixada e garantida pelo caráter racial da pessoa envolvida. [...]

Embora a explicação genética de comportamentos sociais e culturais seja freqüentemente denunciada como racista, as definições genética, biológica e fisiológica estão vivendo bem / vivinhos da Silva nos discursos de senso comum de nós todos. (MEF, 1997: 7)

Hall leva em conta a realidade da tortura e da morte em nome da superioridade racial dos brancos. No trailer para o vídeo<sup>1</sup> disponível na Internet, mostrando um trecho da palestra em que Hall afirma que raça é “um simples significante, um signo vazio, que não está fixado em sua natureza interior, que não pode ser agarrado em seu sentido, que flutua em um mar de diferenças relacionais” contrasta com as imagens de horrores motivados por racismo, enfatizando a consciência da aparente contradição entre afirmar que raça é “mero discurso” em todos os momentos, não importa quem está falando, e o quanto o racismo gerou de sofrimento. Ainda comenta: “não há lei da História que nos diz que seremos vitoriosos, podemos perder” (Media Education e Hall, 1997: 5).

O que essa abordagem discursiva radical ganha, em comparação com a realista, que observa diferenças “reais”, ou a lingüística ou textual - que afirma que a construção “raça” é autônoma de outras construções, é sua maior capacidade de orientação estratégica e política. Hall se volta violentamente para a conjuntura, para as coisas como realmente são. Observa que um impedimento à efetiva desmontagem da construção discursiva de “raça” é que tem um lastro de verdade em sistemas de valor e sentido: na religião, a antropologia, a ciência, na cultura, mas que o pensamento biológico nunca sai inteiramente de cena, não porque as diferenças são genéticas (seria impossível separar brancos de negros em função de suas diferenças genéticas) mas porque são visíveis. “Nós pobres mortais temos que trabalhar com a superfície confusa das aparências porque não conseguimos acesso ao código genético” (p.14), Hall diz, usando os mesmos termos que usou para descrever os usos da teoria. Para entender, precisamos de uma teoria sobre as aparências, sobre o corpo.

O corpo é um texto que conseguimos ler, segundo Hall, e que parece indicar diferenças genéticas. Sua cor parece mais real do que qualquer discurso, embora a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.mediaed.org/cgi-bin/commerce.cgi?preadd=action&key=407>

lemos como texto. Qual é a alternativa que Hall propõe? A de Frantz Fanon, que afirmou que por debaixo do esquema corporal e corpórea, existe

um esquema composto das histórias, anedotas, metáforas e imagens que são, de fato, diz ele, o que constrói a relação entre o corpo e seu espaço social e cultural. Essas histórias o fazem, não o fato em si. O fato em si é precisamente a trampa da superfície, que nos permite descansar com o que é óbvio. [...] A trampa do racismo é precisamente permitir que o que está manifestamente presente [...] assume o lugar do que é um dos mais profundos e complexos sistemas culturais que nos permite distinguir entre o interior e o exterior, entre nós e eles, entre quem pertence e quem não pertence. (Media Education e Hall, 1997: 16)

Ao substituir esses sistemas culturais de diferenciação pelo fato visível de diferença, diz Hall, a diferença racial está próxima à diferença sexual.

Tudo isso pode parecer uma maneira muito elaborada de dizer que o racismo inferioriza o que é, na verdade, uma simples diferença. Mas o pensamento de Hall não conduz ao velho e familiar relativismo cultural, ao pluralismo e ao gesto resignado da valorização da tolerância em nome da diminuição da violência e a preservação da ordem social e simbólica. Hall é radicalmente antifundacionalista, um antifundacionalista não só na instância da teoria mas da política.

A única coisa que não nós é garantida é a verdade do que fazemos. Eu creio que precisaríamos começar de novo sem esse tipo de garantia, começar de novo em um outro espaço, começar de novo a partir de um outro conjunto de pressupostos para tentar nos perguntar o que deve existir, na identificação humana, na prática humana, na construção de alianças humanas, que sem qualquer garantia, sem as certezas da religião ou da ciência ou da antropologia ou da genética ou da biologia ou da aparência diante dos próprios olhos, sem qualquer tipo de garantia, poderia nos conduzir a um discurso e prática eticamente responsável sobre raça em nossa sociedade. [...] Quando você entra na política do fim da definição biológica de raça você mergulha de cabeça no único mundo que nós temos. A tempestade de argumento, debate e prática políticos contingentes.”. (Media Education e Hall, 1997: 17)

Aqui de novo Hall volta-se para “o mundo que nós temos”, questiona a vontade de verdade em forma religiosa, científica ou política e convoca para o debate político entre negros (p.5) e na busca de alianças a partir da diferença, sem sonhos da *tabula rasa*, mas com a convicção de que a política está em aberto e que se não há garantias, tampouco a história é predeterminada.



Embora Hall desmonte a construção discursiva de raça, não podemos imaginar que ele seja aliado daqueles que dizem que a identidade negra é uma ficção, como muitas vezes os defensores da mestiçagem universal brasileira o fazem. Isso transparece na discussão que faz de outra construção discursiva, a África na diáspora. Para alguns, os negros diaspóricos têm ilusões, ao valorizar a “Mãe África”. Poderíamos pensar que Hall diria: a “garantia” não existe e, tampouco, essa África sonhada e não vivida, a vontade de verdade toma conta dos que a sonharam. Mas aqui se observa a diferença entre uma visão lingüística ou textual, em que a “África” não teria fundo de verdade, seria uma ficção isolada, e a discursiva que Hall recomenda. Ele avalia a “África” da diáspora negra de acordo com o que significou.

O que dizer então sobre todos aqueles esforços de reconstrução das identidades caribenhas por um retorno a suas fontes originárias? As lutas pela recuperação cultural foram em vão? Longe disso. Retrabalhar a África na trama caribenha tem sido o elemento mais poderoso e subversivo de nossa política cultural no século vinte. [...]

Igualmente significativa, então, é a forma como essa ‘Africa’ fornece recursos de sobrevivência hoje, histórias alternativas àquelas impostas pelo domínio colonial. [...]

Na verdade, cada movimento social e cada desenvolvimento criativo nas artes do Caribe neste século começaram com esse momento de tradução do reencontro com as tradições afro-caribenhas ou o incluíram. [...] A razão para isso é que a ‘África’ é o significante, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim. Essa dimensão constitui aquilo que Frantz Fanon denominou ‘o fato da negritude’. A raça permanece, apesar de tudo, o segredo culposos, o código oculto, o trauma indizível no Caribe. É a ‘África’ que a tem tornado ‘pronunciável’, enquanto condição social e cultural de nossa existência. (2006: 39-40)

Perceptivelmente, o significante “África” flutuou, para Hall, mas ele não a critica por isso. Seu critério não é de uma verdade formal (“raça” deveria desaparecer diante da redescoberta de seu fundo falso, a África deveria fundamentar a “África”), baseada em uma origem “real”. Não afirma que os significantes que se agarram a passados “falsos” devem ser deixados de lado, porque as garantias são ilusórias. Seu critério é político e a referência fundamental de sua avaliação positiva, no caso da “África” e negativa no de “raça” é a busca de “um discurso e prática eticamente responsáveis” (Media Education e

Hall, 1997: 17). Ou seja, o fundamento de seu discurso teórico – a ética responsável - é explicitamente aberta a avaliações e controvérsias.

Como pensar, então, com Stuart Hall? Quais são as questões que apareceram recorrentemente no seu trabalho através dos anos? Como juntar “Codificar/decodificar” com *A identidade cultural na pós-modernidade*? É instrutiva a entrevista que Hall deu sobre o primeiro texto (2006: 333-364), vinte anos depois de elaborar a primeira versão de “Codificar/decodificar”. Nas explicações dos contextos e motivações teóricas e políticas, encontram-se a afirmação que queria derrubar as certezas “positivistas” dos pesquisadores na University of Leicester, que partiam do paradigma do envio de mensagens, cujos receptores eram mais ou menos competentes para entendê-las. Entende que “o significado não é fixo”, sendo que o termo significado pode ter como sinônimo “sentido ideológico”. “Race, a Floating Signifier” não é mais do que elaboração mais ousada dessa posição, diante de outro público, outras certezas, outro “positivismo” agora chamado de essencialismo. “Codificar/decodificar” segue a linha da contestação de garantias de verdade; parte, mesmo que não muito visivelmente, da idéia chave em toda a obra de Hall, que a política constroi e reconstroi sentidos, no vai e vem entre a legitimação e a contestação. Nesse sentido, é um texto menos metodológico-midiático do que epistemológico-político, que procura imaginar como são a audiência e o produtor de programas de televisão. Quanto a “A identidade cultural”, ao contrário do que parece à primeira vista, ele é menos próximo das preocupações teóricas centrais de Hall, mais ligado ao seu papel de professor. Limpa um terreno, abre de forma bastante simples para outras questões, mais do que – como freqüentemente é usado – apresentar um catálogo de posições possíveis ou superadas, uma espécie de romance de formação da idéia da identidade cultural.

## REFERÊNCIAS

- Drew, Julie. “Cultural Composition: Stuart Hall on Ethnicity and the Discursive Turn”. Gary A. Olson and Lynn Worsham (eds.). *Race, Rhetoric and the Postcolonial*. Albany, NY: State University of New York Press, 1999.
- Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (1ª impressão revista) Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.

- Hall, Stuart. “Diásporas ou a lógica da tradução cultural”. Conferência de abertura, VIII Congresso da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada. Salvador, 2000. Tradução: Beth Ramos.
- Hall, Stuart. “Epilogue: Through the Prism of an Intellectual Life”. In: Brian Meeks (org.). *Culture, Politics, Race and Diaspora: The Thought of Stuart Hall*. Kingston/London: Ian Randle/Lawrence & Wishart, 2007.
- Hall, Stuart. “Race, a Floating Signifier”. Media Education Foundation. Transcrição de palestra. 1997. <http://www.mediaed.org/cgi-bin/commerce.cgi?preadd=action&key=407>. Acesso em 18/02/2010.
- Hall, Stuart. “The Spectacle of the ‘Other’”. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage/Open University, 1997.